

**DCI – 16/05/2007**

### **Novo plano energético sai no próximo mês**

O governo admite necessidade de ajustes devido à demora para obter licenças ambientais de obras essenciais; especialistas cobram plano alternativo

Paula Andrade, Danielle Nogueira e André Barros

Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo

O governo promete lançar no próximo mês o novo Plano Energético para 2007, com as diretrizes e projetos que o Ministério de Minas e Energia deverá priorizar no ano. O governo admite necessidade de ajustes devido à demora para licenciamentos de obras essenciais. Especialistas cobram um plano alternativo.

“Os projetos, de modo geral, estão dentro dos prazos previstos. É claro que as questões de caráter ambiental podem atrasar alguns deles, mas acredita-se que as linhas mestras do plano serão preservadas”, afirmou o Diretor da Secretaria de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, Iran Oliveira. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, autor do estudo que baliza o plano do governo, comentou que é preciso prever a utilização de mais usinas termoeletricas. A quantidade vai variar de acordo com o andamento das licenças.

Uma alternativa para as hidroelétricas era uma das sugestões propostas pela **ONG Acende Brasil** ao governo, como alteração essencial ao Plano Decenal de Expansão de Energia. “Hoje os principais projetos de expansão de energia do governo estão parados ou atrasados por dificuldades diversas. Tem de haver um caminho alternativo”, enfatizou **Claudio Sales**, presidente da ONG.

A entidade questiona a dependência da expansão do parque gerador do País em três empreendimentos. O Plano Decenal prevê a adição de 40.939 megawatts (MW) à geração até 2015, dos quais 13.259 MW virão do Rio Madeira, Belo Monte e Angra III. “Como não há plano alternativo, o plano está completamente desguarnecido, pois, até 2015, 35% do abastecimento está calcado em apenas três projetos”, ressaltou **Sales**. “Se houver um percalço no caminho, todo o planejamento vai por água abaixo.”

De acordo com a entidade, com a manutenção dos atuais projetos previstos no Plano Decenal, o risco de haver um racionamento de energia é de 8% em 2010 e de 14% em 2011. “O aceitável no Brasil é 5%. Imagina se o projeto da hidroelétrica do Madeira atrasar mais ainda. Esse cenário piora”, completou **Sales**.

Outro questionamento da entidade é quanto a possibilidade de se realizar um leilão isolado para as hidroelétricas do Complexo do Rio Madeira. Segundo **Sales**, essa atitude pode distorcer a lógica econômica dos projetos. “O melhor é colocar todas as usinas em competição para que as mais baratas se viabilizem”, sugeriu o executivo. Ele se refere a 5,3 mil MW, já concedidos, mas com problemas de viabilização.

“Essas usinas sofrem com a obtenção de licenças ambientais, problemas regulatórios e barreiras impostas pelo governo para sua participação nos leilões de energia”, enumerou **Sales**. Por outro lado, o executivo ressaltou que defende a exploração do potencial hídrico brasileiro e a consecução dos empreendimentos previstos no Plano Decenal 2006-2015. Ele disse que esses projetos podem ganhar competitividade com os problemas na política do gás do governo brasileiro em decorrência das medidas tomadas pela Bolívia. “Esses projetos têm de ter uma estrutura que atraia os investidores e um dos pressupostos é ter um valor competitivo da energia, que não seja criado artificialmente”, comentou. Com isso, haverá a possibilidade de atração de investidores privados, já que as estatais não teriam como arcar com os custos dos empreendimentos.

O Complexo do Rio Madeira, por exemplo, está avaliado em R\$ 20 bilhões.

Estreito

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, afirmou que os principais entraves ao início das obras da usina de Estreito, uma das mais importantes hidroelétricas previstas no Plano de

Aceleração do Crescimento (PAC) e que estão paralisadas desde a semana passada, foram solucionados. Roussef disse que as incertezas que rondavam o projeto eram as divergências entre os investidores, entre eles a Companhia Vale do Rio Doce, quanto ao começo das obras. “Essas divergências foram superadas”, afirmou a ministra.

Com o consenso, a hidroelétrica deixará de figurar na lista amarela do PAC, em que estão empreendimentos com risco moderado de atraso, e será incluída na lista verde, em que estão projetos com menor risco de alteração de cronograma. Segundo Roussef, a questão ambiental e a possibilidade de liminares para embargo das obras são problemas menores neste caso.

Outro grande projeto previsto no PAC e que está travado por questões ambientais é o do Rio Madeira, composto pelas usinas de Santo Antonio e Jirau, com capacidade para gerar 6450 MW.

#### Hidroelétricas

Ontem o presidente Lula defendeu a escolha da matriz hidroelétrica para a geração de energia. Para ilustrar, as vantagens, o presidente citou o custo de megawatt por hora (MWh) das matrizes. “O MWh de energia hidráulica custa US\$ 40; o MWh de energia da termoelétrica a carvão custa US\$ 48; o MWh do gás natural custa US\$ 54; o MWh da energia nuclear custa US\$ 140; o MWh da eólica custa US\$ 145; o MWh do óleo combustível custa US\$ 230; e o MWh do óleo diesel custa US\$ 310”, afirmou.

Outro dado apresentado pelo presidente foi o potencial hidráulico do Brasil, de 264 mil MW. “Isso equivale a um potencial de 76 bilhões e 948 milhões de barris de petróleo”, afirmou. A reserva atual do País é de 16 bilhões de barris de petróleo. “Portanto o que nós temos de energia hidráulica poderia ser quatro vezes mais do que a nossa reserva de petróleo hoje”, completou.